

DISLEXIA: CONHECER PARA AVALIAR E INTERVIR

Fabiana Martins de Freitas¹
fabiana--17@hotmail.com

Martileide da Costa Henrique²
martyleide@gmail.com

Alécia Lucélia (orientadora)³
alecia_lucelia@yahoo.com.br

RESUMO

Nesse artigo, discutem-se os conceitos acerca da dislexia enunciando as principais definições atribuídas a esse distúrbio. A problemática levantada busca compreender até que ponto os conhecimentos a respeito da dislexia contribui para possíveis intervenções com o disléxico. O conhecimento sobre essa dificuldade de aprendizagem, que é tido ora como doença ora como transtorno, é um passo primordial para lidar com escolares dessa natureza, por isso, o objetivo desse estudo é discutir essas definições tecendo o valor de conhecê-las para intervir na realidade desses escolares. A abordagem, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica, se dá em face das diversas contribuições dos campos de estudos, sobretudo, educacional. O estudo constata uma inconstância quanto a denominação fixa para a dislexia, mas não descarta a importância de conhecê-las para intervir na realidade frente ao processo de ensino. Trata-se, portanto, de um discurso relevante para profissionais da educação e para o público em geral.

Palavras-chaves: Dislexia, definições, educação.

ABSTRACT

In this article, we discuss the concepts about dyslexia outlining the main definitions attributed to this disorder. The issue raised seeks to understand the extent to which knowledge about dyslexia contributes to possible interventions with people with dyslexia. The knowledge of this learning difficulty, which is sometimes taken as a disease sometimes as disorder, is a primary step to handle some students, therefore, the aim of this study is to discuss these definitions weaving the value of knowing them to intervene in reality of some students in the school. The approach, carried out from a literature search, occurs in the face of the various contributions from the

¹ Aluna graduanda do curso de Ciência da Natureza (UEPB), Campus Araruna – PB.

² Aluna graduanda do curso de Ciência da Natureza (UEPB), Campus Araruna – PB.

³ Professora Orientadora, Graduada em Letras (UEPB), Especialista em Linguística Aplicada (UFCG), Mestre em Letras (UEPB).



fields of studies, especially education. The study identifies an inconsistency as a fixed term for dyslexia, but does not rule out the importance of knowing them to intervene in the reality facing the teaching process. It is therefore relevant discourse for educational professionals and the general public.

Key-words: Dyslexia, definitions, education.

1. INTRODUÇÃO

A aquisição da leitura e escrita é uma das mais importantes competências cognitivas para o indivíduo, sobretudo, para quem adquire as mesmas com fluência. Partindo desse princípio, a importância de se apropriar da linguagem não é a garantia que todos possam alcançá-la de forma plena. Nessa perspectiva, enquadram-se os alunos que apresentam grande grau de dificuldade na conquista da escrita e, sobretudo, leitura. Diante dos diversos problemas de aprendizagem da linguagem, a dislexia apresenta-se como um tipo de dificuldade que afeta um considerável público de alunos e por isso tem sido foco de estudo em diversas áreas, especialmente, na educação.

Conhecer a dislexia e suas características é um caminho mediador para detectar escolares dessa natureza. Por ser uma dificuldade de aprendizagem, a mesma não pode passar despercebida no meio educacional e detectá-la o quanto antes remete a uma mudança radical na trajetória acadêmica do estudante disléxico.

A escola é um ambiente onde se desenvolve as ações educativas, é também a pioneira em encontrar os problemas de aprendizagem. Nesse sentido, a instituição deve estar preparada para lidar com os avanços e insucessos do aluno, seja nos aspectos coletivos e, principalmente, individuais, como é o caso do aluno disléxico. Ainda que esse transtorno tenha sido apresentado ao professor de forma “superficial” em sua formação, não podemos afirmar que a dislexia é um termo desconhecido. O distúrbio ecoa de modo familiar no meio educativo, porém, é pouco compreendido e quase não observado, devido ao desconhecimento, não do termo, mas das próprias características



que o distúrbio origina. Presumindo isso, justificamos a elaboração desse artigo como meio para uma discussão que abordará as principais definições atribuídas à dislexia e a importância de conhecê-las para intervir, de modo coerente, nas particularidades do dislético.

A problemática levantada nesse artigo, busca compreender até que ponto os conhecimentos sobre a dislexia contribuí para possíveis intervenções para esse público. Partindo dessas considerações, nosso objetivo é apresentar uma abordagem acerca das definições atribuídas à dislexia, tecendo o valor de conhecê-las para possíveis intervenções que contemplem o escolar dislético.

Na área educacional, conhecer a dislexia é um passo primitivo que define quais caminhos vamos percorrer para lidar com o escolar dislético. Buscando levar ao público a importância dessa temática, optamos pela metodologia da pesquisa bibliográfica para a elaboração desse artigo. De acordo com Malheiros (2011), pesquisa bibliográfica tem como finalidade identificar na literatura as contribuições científicas sobre determinado assunto. Ela permite pesquisar o que já foi estudado em diversas fontes, confrontando seus resultados.

Nesse sentido, selecionamos essa metodologia como meio de abordar os conhecimentos acerca da dislexia, para que seja possível diminuir a distância entre a falta de informação do público, sobretudo de profissionais da educação, e a possibilidade de intervenções que auxiliem escolares disléticos.

Para isso, nos utilizamos de livros com abordagens voltadas para essa temática, bem como artigos, dissertações e teses. A fim de discorrer o tema numa perspectiva atual, cuidamos em selecionar artigos recentes que favorecessem na compreensão da dislexia no seu estado literário atual, sob diversas óticas.

2. CONHECENDO O HISTÓRICO DA DISLEXIA E SUAS DEFINIÇÕES

Historicamente, evidências literárias apontam o termo dislexia sendo empregado pela primeira vez em 1872, pelo oftalmologista alemão Dr. Rudolf Berlin e posteriormente foi utilizado por diversos profissionais de sua área, afirma Rotta e Pedroso (2006) (*apud* PINTO, 2010, p. 02). Pinto (2010) alega que o médico oftalmologista usava esse termo para referir-se aos seus pacientes adultos que sabiam ler, mas que perderam essa capacidade depois de alguma lesão cerebral, caracterizando a dislexia do tipo “adquirida”.

O primeiro registro das características da dislexia ocorreu, de fato, em 1896, como se cita Massi e Santana (2011), esse caso pioneiro retratava um menino com 14 anos que não conseguia aprender a ler, mesmo com acompanhamento especial. Inicialmente, o termo “cegueira verbal” foi utilizado para fazer referência a essas crianças que não se apropriava da leitura. A partir desse primeiro caso registrado, outras ocorrências semelhantes surgiram e os estudos foram se intensificando a fim de compreender os fatores que causavam essa cegueira verbal. Conforme Alves, Mousinho e Capellini (2011) somente em 1925, o neurologista americano, Dr. Orton, propôs o termo “dislexia específica” para intitular as crianças que não conseguiam aprender a ler mesmo com instruções adequadas. Foi em função da descrição de sintomas afásicos em adultos, proposta inicialmente por Dr. Rudolf Berlin, que surgiu o conceito de dislexia específica, relacionando as dificuldades de aquisição da linguagem nas crianças, como propôs Dr. Orton anos depois, afirma Massi e Santana (2011).

Os estudos desenvolvidos por Lobo (2007) apontam que na década de 30 a dislexia era vista como um impedimento de habilidades devido a uma lesão cerebral. Anos mais tarde, o termo passa a ser utilizado para rotular, de modo equívoco, todos os alunos que tinham insucesso escolar. Somente a partir dos anos 60, a dislexia começa a fazer referência aos indivíduos com notáveis complicações de ordem linguística. Desse



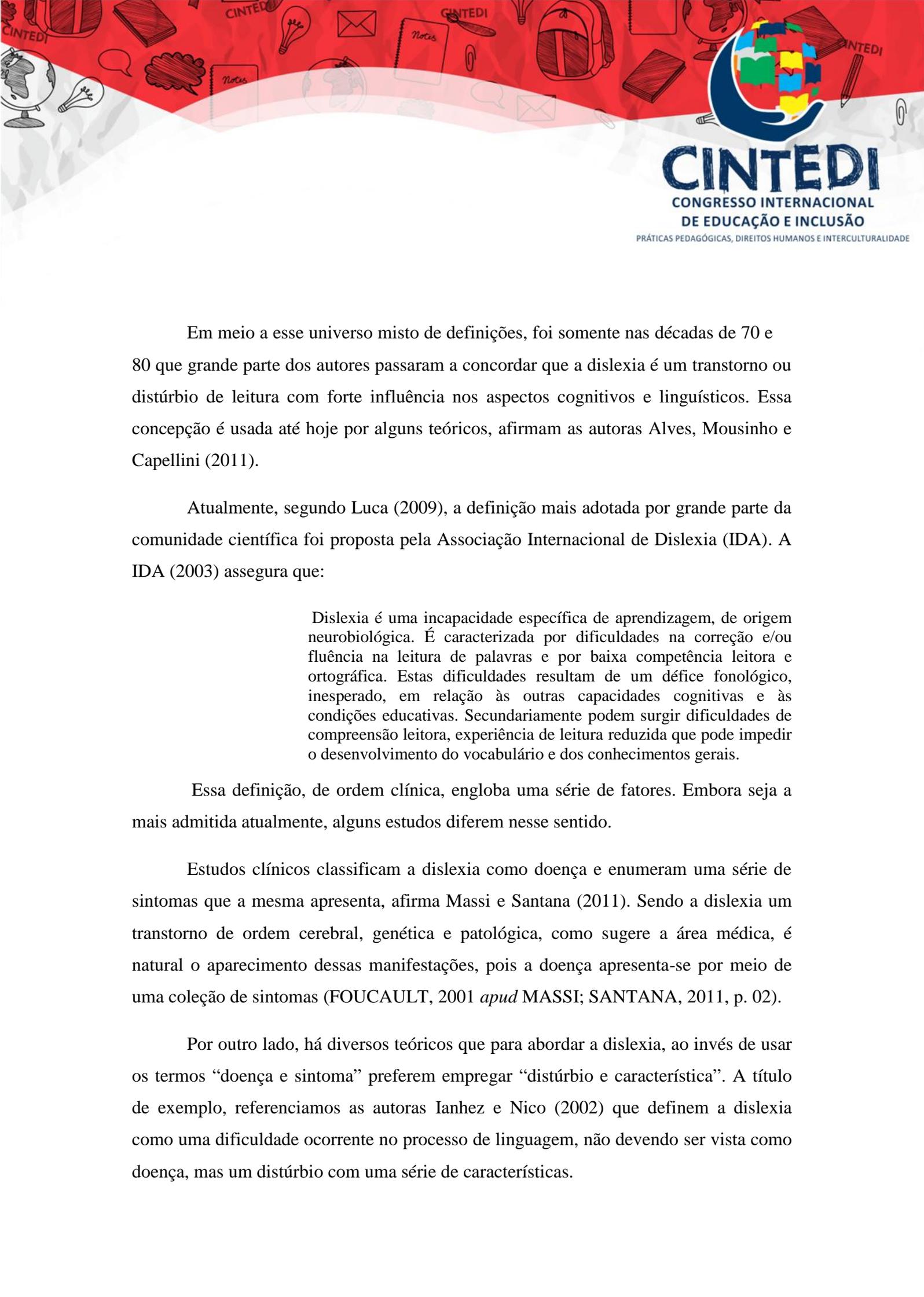
período em diante, o interesse em descobrir as causas e particularidades do transtorno é despertado nas mais variadas áreas de estudo. É nesse momento histórico que brota a possibilidade de encarar a dislexia como uma dificuldade e não necessariamente uma aprendizagem impossível. Essa visão, que permite enxergar prováveis habilidades no aluno disléxico, prevalece até os dias atuais.

Esse traço histórico, marcado por descobertas contínuas, evidencia o desenvolvimento dos estudos voltados para a dislexia. Devido à agregação de campos de estudos a fim de colher resultados que melhor caracterize-a, é comum encontrar definições para a dislexia em diversas óticas. Será sobre essas definições que abordaremos no próximo tópico.

2.1 DEFININDO A DISLEXIA

Mesmo que grande parte da sociedade não tenha conhecimento aprofundado referente à dislexia, a própria palavra já produz uma ideia, ainda que pouco sólida, acerca do que se trata o transtorno. De acordo com Luca (2009) essa palavra vem do grego, *dys* significa distúrbio ou dificuldade e *lexia* quer dizer leitura. Em síntese, esse termo refere-se às pessoas que apresentam dificuldade na leitura ou dificuldade para desenvolver a linguagem. Por se tratar de um quadro tanto educacional como clínico e psiquiátrico, como sugeriu Massi e Santana (2011), é comum encontrarmos significados e classificações sob diversos ângulos.

Do ponto de vista histórico, a definição para dislexia surgiu sob uma visão clínica com abordagem patológica que só foi abrangida anos depois com interesses de estudos voltados para demais áreas. Em mais de 100 anos de “descoberta” da dislexia, uma breve revisão bibliográfica revela que existem mais de 40 definições para esse transtorno.



Em meio a esse universo misto de definições, foi somente nas décadas de 70 e 80 que grande parte dos autores passaram a concordar que a dislexia é um transtorno ou distúrbio de leitura com forte influência nos aspectos cognitivos e linguísticos. Essa concepção é usada até hoje por alguns teóricos, afirmam as autoras Alves, Mousinho e Capellini (2011).

Atualmente, segundo Luca (2009), a definição mais adotada por grande parte da comunidade científica foi proposta pela Associação Internacional de Dislexia (IDA). A IDA (2003) assegura que:

Dislexia é uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um déficit fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais.

Essa definição, de ordem clínica, engloba uma série de fatores. Embora seja a mais admitida atualmente, alguns estudos diferem nesse sentido.

Estudos clínicos classificam a dislexia como doença e enumeram uma série de sintomas que a mesma apresenta, afirma Massi e Santana (2011). Sendo a dislexia um transtorno de ordem cerebral, genética e patológica, como sugere a área médica, é natural o aparecimento dessas manifestações, pois a doença apresenta-se por meio de uma coleção de sintomas (FOUCAULT, 2001 *apud* MASSI; SANTANA, 2011, p. 02).

Por outro lado, há diversos teóricos que para abordar a dislexia, ao invés de usar os termos “doença e sintoma” preferem empregar “distúrbio e característica”. A título de exemplo, referenciamos as autoras Ianhez e Nico (2002) que definem a dislexia como uma dificuldade ocorrente no processo de linguagem, não devendo ser vista como doença, mas um distúrbio com uma série de características.



Esse universo teórico, seguido de distintas abordagens, aponta na literatura uma acepção, aparentemente, mesclada. A definição que mais contempla os campos de estudos é dada por Alves, Mousinho e Capellini (2011, p.31) que concebem a dislexia como um transtorno específico de aprendizagem da leitura, comprovadamente de origem neurobiológica, caracterizado pela dificuldade na habilidade de decodificação, soletração, fluência e interpretação. Desse modo, ainda que esses estudos evidenciem uma origem patológica, não classificam o transtorno como doença.

Embora a literatura não disponha uma definição universal que permita uma abordagem mais consistente para a dislexia, por outro lado, oferece ao leitor uma visão mais ampla com ênfase em diversos campos. Numa perspectiva educacional, podemos perceber que, em muitos aspectos, as manifestações de ideias se diferem, será nesse sentido que cuidaremos em abordar posteriormente.

2.2 UM OLHAR EDUCACIONAL SOBRE A DISLEXIA

Na dimensão educacional, é válido ressaltar, a princípio, que boa parte não considera a dislexia uma doença, mas, um atraso na aprendizagem linguística que interfere no processo de aquisição da leitura e escrita, afirma Lobo (2007). Nesse sentido, é natural e mais adequado que os profissionais dessa área adotem tal pensamento. Desconsiderar o termo doença permite encarar o aluno disléxico como um ser apto para aprender e não como um “paciente”, assinalado de sintomas e incapacidades.

Partindo dessa visão educacional, não podemos falar em dislexia na perspectiva de cura, mas, na elaboração de meios que ajudem o escolar superar seus limites. Não sendo doença, o transtorno em questão não tem cura, logo, o aluno terá que aprender a



conviver com ele por toda vida. É nesse período de adaptação que o aluno pode e deve contar com a escola.

Embora sejam frequentes as diversas dificuldades de aprendizagem mediante o processo de ensino, a escola, bem como o professor, devem ser conhecedores das características que a dislexia apresenta. O fato do transtorno oferecer um conjunto de especialidades diferenciadas, não garante que todos os escolares, dessa natureza, irão apresentar os mesmos sinais. Por isso, as combinações dessas características podem esconder habilidades e inteligências de um aluno genial.

A possível saída, para evitar que essas particularidades embacem a visão da escola frente essa realidade, é o conhecimento, por mais básico que seja, sobre os distúrbios de aprendizagem, especialmente da dislexia. Sabendo disso, o desenvolvimento de estratégias que contemplem esses escolares e evidenciem suas habilidades, deve ser uma prática comum de escolas e profissionais que prezam por uma educação, de fato, inclusiva.

Apesar desse impasse entre considerar, ou não, doença, a escola tem por comprometimento oferecer educação de forma igualitária para todos. Diante do sistema educacional, a lei garante espaço para o atendimento do disléxico na área da educação especial (Lei 4.095/2008) e dessa forma, legitima o escolar como portador de necessidades especiais, afirma Massi e Santana (2011).

Em síntese, sendo ou não patológico, é inquestionável o direito de acesso educativo para esse público. Essa expectativa de ofertar uma educação igualitária só pode ser alcançada se houver uma escola com espaço acolhedor e o professor provido de boa vontade, paciência e persistência para lidar com esse público.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise nos revelou que o universo de definições para a dislexia torna-se uma influência impulsiva nos estudos, pesquisas e nas atividades profissionais. Apesar das convergências e divergências entre as diversas concepções analisadas, precisamos levar em consideração que a dislexia, antes de qualquer definição, é um modo de ser e de aprender e reflete a expressão individual de uma mente, muitas vezes pouco inteligente ou até genial, mas que aprende de maneira diferente, assegura Wallon (1980) (*apud* LOBO 2007, p.11).

Em face disso, é importante ter conhecimento de que não existe uma definição única para esse distúrbio. O que existe são áreas de estudos que buscam contribuir, por meio de suas interpretações, com o acompanhamento e tratamento do indivíduo, como também, para a troca de conhecimentos entre os diversos campos. Como visto, a dislexia é, com certeza, um obstáculo difícil para um indivíduo, mas não pode ser abordada como uma barreira impossível de ser superada.

Contudo, é primordial acolher e respeitar o ritmo desse escolar e oferecer subsídios ou estratégias que possam conduzi-los na construção de seus próprios conhecimentos. O indivíduo disléxico não é necessariamente incapaz, ele é necessitado de apoio para conseguir lidar com a carga de informação, por vezes desordenada, que carrega. Nesse ponto de vista, entender esse distúrbio exige o conhecimento dessas definições, pois a educação é direito de todos e mais cedo ou mais tarde, todo professor está sujeito a se deparar com um caso de dislexia. Conhecê-la é necessário para intervir.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana Mendonça; MOUSINHO, Renata; CAPELLINI, Simone Aparecida. **Dislexia: Novos Temas, Novas Perspectivas**. Rio de Janeiro - RJ: WAK Editora, 2011, p. 21-35.

IANHEZ, Maria Eugênia; NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: Como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2002, p.20.

IDA – **International Dyslexia Association**. Disponível em: <<http://www.interdys.org>> Acesso em: 27 de outubro de 2014.

LOBO, Daniela Alexandrino. **A dislexia em crianças de 0 à 12 anos: Um olhar pedagógico**. Rio de Janeiro – UCM, 2007.

LUCA, Maria Ines Ocanã de. **Dislexia e atenção**. São Bernardo do Campo – São Paulo - UMEESP, 2009.

MALHEIROS, Bruno Taranto. Procedimentos técnicos de pesquisa. IN: MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011, p.79-114.

MASSI, Giselle; SANTANA, Ana Paula de Oliveira. **A desconstrução do conceito de dislexia: conflito entre verdades**. Ribeirão Preto – São Paulo - USP, 2011.

PINTO, Mariléia Barros. **Dislexia: Um jeito diferente de aprender**. Universidade Vale do Acaraú – UVA, 2010.